

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Requerimento n° de 2019 (Do Sr. Frei Anastácio Ribeiro)

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater sobre o relatório divulgado pela Comissão Pastoral da Terra “Conflito no Campo Brasil 2018”.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos deputados, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater sobre o relatório divulgado pela Comissão Pastoral da Terra “Conflito no Campo Brasil 2018”, divulgado em abril de 2016.

Para discutir o tema nesta Comissão, recomendamos convite as seguintes pessoas:

- Dom André de Witte - Presidente da CPT Nacional;
- Dom José Ionilton - Vice-Presidente da CPT Nacional;
- Antônio Canuto - Membro da coordenação executiva nacional da CPT;
- Diana Aguiar - Jornalista e colaborador da CPT, a doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Grupo Nacional de Assessoria (GNA) da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional);
- Dom Leonardo Steiner - Secretário-Geral da CNBB;
- Representante do Ministério Público Federal;
- Representante da Defensoria Pública da União;
- Representante da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares – RENAP.

- Representante da CPT Regional Nordeste II.

JUSTIFICATIVA

No dia 12 de abril, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou sua publicação anual, Conflitos no Campo Brasil 2018. Esta é a 34ª edição do relatório que reúne dados sobre os conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, neles inclusos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais. Em relação a esse tema, o destaque é para a ação das mineradoras, que estiveram envolvidas em 139 conflitos por água no ano de 2018, com uma representatividade de 50,36% do total. A CPT registra que 111 deles foram protagonizados por companhias internacionais e 28 por mineradoras nacionais.

Para tanto, priorizando os trabalhos da Comissão Pastoral da Terra, que foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. Enfatizo, ser de suma importância esta audiência para que possamos discutir soluções e avaliações com os membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias na intenção de aprofundar o tema preposto pelo relatório apresentado pela Comissão Pastoral da Terra.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2018.

Frei Anastácio Ribeiro

Deputado Federal PT/PB